



Informação 12/2021 – DIASP3

Brasília, 19 de fevereiro de 2021

Processo: 00600-00002174/2020-91
Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)
Assunto: Representações
Ementa: Representação 24/2020-CF. Conhecimento parcial. Medida cautelar. Suspensão de pagamento. Decisões judiciais. Procedência da Representação. Representação 51/2020-G2P. Instrução do feito. Pelo conhecimento. Despacho Singular 713/2020-GCIM. Reinstrução dos autos em razão de esclarecimentos prestados por fornecedor.

Senhor Diretor,

Tratam os autos, inicialmente, da Representação 24/2020–CF e anexos (e-DOCs 648B3A65, B70DF754 e D321E6A0, Peças 3 a 5), oriunda do Ministério Público junto ao TCDF (MPJTCD), por meio da qual a Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira requereu: **(i)** a criação, por meio do Setor de Tecnologia do TCDF, de mecanismo que facilite a fiscalização em tempo real dos contratos e pagamentos para o Covid19; **(ii)** o exame das aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para profissionais de saúde e pacientes, dentre outros itens, para verificação da compatibilidade de preços, quantidade e qualidade; e **(iii)** a realização de inspeção na SES/DF, a fim de verificar a política adotada em relação à compra e disponibilização de EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes.

2. Após apresentar a Representação 24/2020-CF, o *Parquet* especial fez aditamento por meio do Ofício 282/2020-G2P e anexos (e-DOCs 95858BA9, 1160974D, 5236D5E7, 27C80DB3, 90D5CCB7, Peças 8 a 12), dando ciência de “denúncias de irregularidade envolvendo a distribuição de máscaras adquiridas pela SES/DF a profissionais de saúde, com alegado sobrepreço e má qualidade”.

3. Na sequência, a Representante promoveu novo aditamento à Representação 24/2020-CF, mediante o Ofício 293/2020-G2P e anexo (e-DOCs D1E49E01 e B5C88FF5, Peças 15 e 16), tendo apontado como possível irregularidade a indefinição no quantitativo de máscaras cirúrgicas a serem confeccionadas e doadas pela Fábrica Social como auxílio no enfrentamento à pandemia pela Covid-19, em parceria realizada entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), no âmbito do Processo SEI 00060-00136638/2020-16.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

2 de 20

4. A Unidade Técnica analisou a Representação e aditamentos por via da Informação 46/2020 - DIASP3 (e-DOC 705CAEFF, Peça 17).
5. Após Relatório e Voto do i. Conselheiro Relator (e-DOC 76D8162B, Peça 20), na Sessão Ordinária 5.213, de 17/06/2020, a Corte de Contas exarou a Decisão 2.228/2020 (e-DOC 86A1CED2, Peça 21), com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Representação n.º 24/2020 – CF (e-DOC 648B3A65-e e anexos de e-DOCs B70DF754-e e D321E6A0-e), aditada mediante Ofício n.º 282/2020-G2P (e-DOC 95858BA9-e e anexos de e-DOCs 27C80DB3-e, 90D5CCB7-e, 1160974D-e e 5236D5E7-e) e Ofício n.º 293/2020-G2P (e-DOC D1E49E01-e e anexo de e-DOC B5C88FF5-e), apenas com relação à baixa qualidade das ‘máscaras cirúrgicas descartáveis’ fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42, à ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição e à morosidade nos processos de liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; b) da Informação n.º 46/2020 – DIASP3 (e-DOC 705CAEFFe); II – com fulcro nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente esclarecimentos acerca das questões indicadas a seguir, devendo encaminhar a este Tribunal cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserir uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI – e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis): a) baixa qualidade das ‘máscaras cirúrgicas descartáveis’ fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42; b) ocorrência de possível sobrepreço na aquisição mencionada no item ‘II-a’ anterior; c) morosidade nos processos de liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes; III – em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conceder prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., caso queira, apresente suas considerações acerca: a) da baixa qualidade das ‘máscaras cirúrgicas descartáveis’ fornecidas no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42; b) da ocorrência de possível sobrepreço no fornecimento mencionado no item ‘III-a’ anterior; IV – dar ciência desta decisão à representante; V – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação n.º 24/2020-CF, do Ofício n.º 282/2020-G2P e anexos (I a IV), do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF, a fim de auxiliar no cumprimento do item II; b) o encaminhamento de cópia da Representação n.º 24/2020-CF, do Ofício n.º 282/2020-G2P e Anexo I, do relatório/voto do Relator e desta decisão à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., a fim de auxiliar no cumprimento do item III; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e



Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins.” (Destaques acrescentados).

6. Em 22/06/2020, foram juntados aos autos o Ofício 325/2020-G2P e documentos anexos (e-DOCs F1E95CFD, 4A8A53BE-e e 93AC10B3-e, Peças 29 a 31), os quais versaram sobre Informação do MPJTCDF a respeito de processos de aquisição de máscaras e de denúncia do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal acerca da falta de EPIs e fluxo de atendimento aos profissionais que atendem pacientes com a Covid-19.

7. No dia 24/06/2020, a SES/DF manifestou-se em resposta ao item II da Decisão 2.228/2020, por meio do Ofício 3864/2020 - SES/GAB e anexos (e-DOC C4F2735A, Peça 32).

8. A sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., em que pese regularmente cientificada da Decisão 2.228/2020 (Ofício. GP 4696/2020, e-DOC 1D41775C, Peça 23 - Recibo de expediente de comunicação eletrônica - e-DOC AD097D30, Peça 24), deixou de se manifestar acerca das questões indicadas no item III da mencionada decisão.

9. Contudo, por meio de patronas constituídas, a empresa alegou que não houve citação regular, tendo em vista a ausência de devida confirmação de recebimento, pois a notificação, pelo TCDF, teria sido enviada para endereço eletrônico válido, mas não usual da referida empresa, sendo constatado pelo Setor de Informática dela que a mensagem eletrônica encaminhada teria sido lida automaticamente, mas não teria ingressado na caixa de entrada, lixo eletrônico ou *spam*, portanto, sem que tenha tomado ciência da Decisão 2.228/2020. (e-DOC AE933B6A, Peça 82, fls. 1/4).

10. Por esse motivo, alegou não ter havido ciência da decisão deste Tribunal e que, por esse motivo, não exerceu o legítimo e constitucional direito de se manifestar, razões pelas quais, citando doutrinadores, o artigo 2º, inciso X da Lei do Processo Administrativo Federal incorporada ao Distrito Federal, bem como jurisprudências de Tribunais de Contas, requereu o reconhecimento e a declaração de nulidade do ato de citação e a abertura de novo prazo para manifestação, na forma prevista no artigo 168, inciso I, do Regimento Interno do TCDF¹. Alternativamente, requereu a devolução do prazo com a concessão de 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento de mandato (e-DOC AE933B6A, Peça 82, fls. 4/13).

11. Em 06/07/2020, a Representante, por meio do Ofício 409/2020-G2P (e-DOC 1FE4C436, Peça 37), encaminhou cópia da liminar deferida, em 02/07/2020, pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 10ª Região (e-DOC A8F90532, Peça 36), no bojo da Ação Civil Pública 0000607-54.2020.5.10.0019, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em face do Distrito Federal e do então Instituto Hospital de Base do Distrito Federal (IHBDF), atual Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal (IGESDF), bem como requereu que a Corte determinasse à SES/DF

¹ “Art. 168. Os prazos referidos neste Regimento contam-se dia a dia, a partir da data:

I - do recebimento pela parte:

a) da citação ou da comunicação de audiência;

[...]”



que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida em tela, alusiva às máscaras adquiridas, até a decisão de mérito.

12. A liminar deferida é transcrita a seguir:

“Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em face do DISTRITO FEDERAL e do INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL -IHBDF, em que se noticia, em síntese, a ausência de fornecimento de EPI's aos trabalhadores de saúde, assim como a ineficácia, não conformidade e má qualidade dos equipamentos de proteção, além da ausência de comunicação dos adoecimentos como acidentes de trabalho. Requer, em sede de tutela provisória de urgência, o cumprimento das obrigações elencadas nas letras “a.1” a “a.15” da inicial, com fixação de multa cominatória em caso de descumprimento (fls. 96/101 do PDF).

Decido.

O artigo 12 da Lei da Ação Civil Pública prevê a possibilidade de concessão da tutela provisória de urgência, para o que se aplicam as regras do artigo 300 do Código de Processo Civil (CPC). A sua concessão exige a verificação da probabilidade do direito (evidência) e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (urgência), podendo um ou outro desses requisitos ser elidido em algumas situações normativamente previstas.

A situação narrada na petição inicial acerca da pandemia do novo Coronavírus, reconhecida desde 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, é de conhecimento público e notório, sendo desnecessárias maiores digressões sobre a grave situação na saúde pública que vem sendo enfrentada em nível mundial.

No Brasil, desde o início do ano, vêm sendo editadas diversas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, a exemplo da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que, entre outras medidas, dispensou a licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da pandemia. O Decreto Legislativo nº 6/2020, por sua vez, reconheceu, para fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000, o estado de calamidade pública no Brasil, o que, no âmbito distrital, foi declarado em 26/06/2020 pelo Decreto nº 40.924/2020.

Também se mostra claro que a pandemia, no âmbito do Distrito Federal, ainda se encontra em estágio de crescimento. Nesse aspecto, o aumento do número de casos, por óbvio, sobrecarrega as unidades de saúde, nas quais trabalham milhares de profissionais que diariamente se expõem aos riscos de contaminação, estando muitos deles na linha de frente de combate à COVID-19 e dependentes de todos os EPI's necessários ao desenvolvimento do trabalho.

Por outro lado, não se olvida as dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos e privados diante de um dos maiores desafios deste século, principalmente pelas dificuldades de aquisição, transporte e



distribuição de equipamentos e insumos necessários ao enfrentamento da doença, fato também de conhecimento deste juízo.

Os esforços tomados pelos governos são inegáveis, mas se mostram insuficientes em razão da gravidade e excepcionalidade da pandemia, que lida com números exponenciais.

Também há de se destacar que estes números são dinâmicos, seja em relação aos infectados e em tratamento, seja no que diz respeito ao número de equipamentos necessários para o exercício eficaz e seguro do labor pelos profissionais de saúde. Assim, uma quantidade de equipamentos que era considerada satisfatória em um momento anterior, hoje pode se mostrar naturalmente insuficiente dada a progressão da doença e a elevação do número de casos.

A situação posta é, de fato, excepcional, e assim deve ser analisada, devendo também ser sopesada a potencialidade lesiva de eventuais medidas determinadas por esta justiça especializada, que podem gerar lesões à ordem pública, dificultando ou impedindo a execução dos serviços públicos de saúde, o que não se deseja, mormente em tempos de crise e calamidade.

Assim, se por um lado há o claro risco de exposição dos profissionais de saúde à contaminação – em razão da falta ou inadequação dos equipamentos de proteção –, de outro lado existe a notória dificuldade de aquisição dos materiais necessários ao enfrentamento da doença, considerando a característica de rápida propagação do vírus. Entretanto, tais dificuldades não podem servir de escudo à obrigação de proteção dos trabalhadores da saúde, expostos diretamente e em larga proporção aos riscos de contaminação, sendo obrigação dos réus a manutenção de um meio ambiente de trabalho sadio e seguro.

No caso dos autos, verifica-se a presença dos requisitos autorizadores para o deferimento, de pronto, de parte dos pedidos de antecipação dos efeitos da tutela, tendo em conta que, em relação a eles, os documentos acostados aos autos evidenciam a probabilidade do direito pretendido, notadamente quanto à falta ou insuficiência de EPI's, ao passo que a urgência se verifica em razão do risco de danos à saúde dos trabalhadores celetistas lotados nas unidades de saúde administradas pelos réus e apontadas pelo parquet.

Por todo o exposto, DEFIRO EM PARTE a liminar requerida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e DETERMINO que os réus DISTRITO FEDERAL e INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL –IHBDF:

1. Apresentem nos autos, no prazo máximo de 10 dias corridos, a relação de EPIs existentes em estoque para trabalhadores dos serviços de saúde, informando os itens existentes no estoque central e em cada unidade de saúde, inclusive UPA's do Distrito Federal, mediante planilha que contenha informações a respeito do tipo do item; quantidade, marca e fabricante e a previsão de sua duração em dias para a respectiva unidade de saúde, aí considerados todos os trabalhadores dos serviços de saúde e em



conformidade com as 'Recomendações de Proteção aos Trabalhadores dos Serviços de Saúde no Atendimento de Covid-19 e outras Síndromes Gripais' do Ministério da Saúde – doc. 51 da inicial (pedido 'a.1', deferido em parte).

2. Publicar, em até 15 dias corridos, no site público oficial (<https://sala.sit.saude.df.gov.br/estoque-de-EPI's/>), os dados de EPI's nos moldes acima indicados, com atualização diária (pedido 'a.2', deferido em parte)

3. Comprovar documentalmente nos autos, no prazo máximo de 5 dias corridos, as medidas adotadas em relação à aquisição de insumos básicos para a manutenção do abastecimento de itens imprescindíveis de proteção individual (EPI), indicando compras, doações em andamento e previsão de recebimento de itens (pedido 'a.3', deferido em parte).

4. Suspender a distribuição, no prazo máximo de 48 horas, e recolher, no prazo máximo de 5 dias, todos os EPI's inservíveis, não conformes ou inadequados, assim considerados aqueles que possuam não conformidades de criticidade média ou alta aferida por Institutos acreditados pelo Inmetro e os considerados inadequados ou impróprios por seus próprios órgãos internos, juntando aos autos a comprovação no prazo máximo de 72 horas após o prazo concedido para a efetivação das medidas (pedido 'a.5', deferido em parte). Deixa-se de determinar a substituição por outros equipamentos, uma vez que a dinâmica de distribuição e armazenamento de EPI's deve observar a necessidade do momento e a disponibilidade dos itens, elementos variáveis, cuja aferição e administração deve ficar a cargo do gestor. Do mesmo modo, não há elementos técnicos suficientes, por ora, para determinar a suspensão da distribuição e o recolhimento dos equipamentos considerados inadequados por laudo emitido por perito do MPT.

5. Fiscalizar o fornecimento, o uso pelos trabalhadores nos serviços de saúde, a manutenção, a higienização, a inspeção, a guarda e o descarte dos EPI's, de acordo com o tipo de EPI (pedido 'a.7').

6. Quanto ao fornecimento, quantidade, uso, qualidade e demais medidas relativas aos EPIs, observem, na ausência de norma mais benéfica, as disposições contidas nas 'Recomendações de Proteção aos Trabalhadores em Serviços de Saúde no Atendimento de Covid-19 e outras Síndromes Gripais' da Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador, Ministério da Saúde (abril 2020 - DOC 51), e, subsidiariamente, 'as Notas Técnicas 04 e 07' da Anvisa (atualizadas em maio de 2020 -DOC 53) (pedido 'a.8')

7. Garantir que os EPI's sejam efetivamente entregues aos trabalhadores em serviços de saúde que administram, bem como que os EPI's sejam avaliados periodicamente quanto ao estado de conservação e segurança, nos termos da NR-32 (pedido 'a.9').

8. Garantir que os EPI's sejam armazenados em locais de fácil acesso e em quantidade suficiente para imediato fornecimento, segundo as exigências do procedimento ou em caso de contaminação ou dano, nos termos do item 32.3.9.4.7 da NR-32, sendo vedada a sua dispensação mediante kits padronizados (pedido 'a.10').



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

7 de 20

9. Proporcionar a imediata substituição das máscaras cirúrgicas, PFF2 ou N95, sempre que o trabalhador nos serviços de saúde constatar sua não conformidade, ou o comprometimento de sua integridade, qualidade ou eficácia, sendo vedada a determinação de uso sequenciado por período mínimo, observadas as recomendações que constam nos itens 'a.11.1' e 'a.11.2' da inicial (pedido 'a.11')."

13. O ilustre Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, entendeu necessário submeter o feito à apreciação do Plenário, sem a manifestação da área instrutiva acerca da documentação encaminhada pela SES/DF, em razão do pedido de prolação de medida cautelar constante do citado Ofício 409/2020-G2P (e-DOC C5B9A566, Peça 40).

14. Assim, na Sessão Ordinária de 08/07/2020, o Tribunal exarou a Decisão 2.604/2020 (e-DOC 105635ED, Peça 41), nos seguintes termos:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: **a)** do Ofício n.º 325/2020-G2P (e-DOC F1E95CFD-e) e documentos anexos (e-DOCs 4A8A53BE-e e 93AC10B3-e); **b)** do Ofício n.º 3864/2020 - SES/GAB e anexos (e-DOC C4F2735A-c); **c)** do Ofício n.º 409/2020-G2P (e-DOC 1FE4C436-e), que encaminhou cópia da liminar deferida, em 02.07.2020, pelo TRT da 10ª Região, no bojo da Ação Civil Pública n.º 0000607-54.2020.5.10.0019, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho – MPT 'em face do DISTRITO FEDERAL e do INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - IHBDF' (e-DOC A8F90532-e); II – considerar insuficientes os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF em resposta ao item II da Decisão n.º 2.228/2020; **III** – com fulcro no art. 277, 'caput', do RI/TCDF, conceder a medida cautelar requerida no Ofício n.º 409/2020-G2P, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às 'máscaras cirúrgicas descartáveis' fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no bojo do Processo n.º 00060-00105182/2020-42, no valor de R\$ 8.273.721,45, alusiva à Nota de Empenho 2020NE0426, até ulterior deliberação plenária; **IV** – reiterar: **a)** à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão do item II anterior, a determinação constante do item II da Decisão n.º 2.228/2020, para cumprimento integral no prazo de 15 (quinze) dias, com alerta ao titular da Pasta quanto à possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/1994, no caso de 'reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal'; **b)** à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. a diligência prevista no item III da Decisão n.º 2.228/2020, para atendimento, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; **V** – dar ciência desta decisão à i. Representante; **VI** – autorizar: **a)** o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., a fim de auxiliar no cumprimento das referidas determinações; **b)** o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins." (Destaques acrescentados).*

15. Em 16/07/2020, a Representante apresentou o Ofício 440/2020-G2P e anexos (e-DOCs AB74AC5D, AE24EB43, C01F694A, CABFE776, AE93F682 e



C0A8748B, Peças 50 a 55), no qual noticiou que a sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. teria solicitado a alteração da característica e objeto para MYMASCARAS (ANZU), com a entrega parcial de 1.000.000 (um milhão de máscaras)², tendo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), laboratório acreditado no país, atestado a má qualidade dessas máscaras, não sendo apropriadas para o uso requerido.

16. Na sequência, deu entrada nesta Casa, em 16/07/2020, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por meio do Barramento de Serviços, a manifestação da SES/DF acerca da reiteração contida no item IV da Decisão 2.604/2020, consubstanciada pelo Ofício 4607/2020-SES/GAB e anexos (e-DOC 1FB6022C, Peça 57).

17. Em 24/07/2020, juntaram-se aos autos a Representação 51/2020-G2P e anexos (e-DOCs 24BFD560, FD99966D, CB1DA610, 123BE51D e A5262419, Peças 59 a 63), a qual versou sobre denúncia de exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias em editais para aquisição de máscaras, em virtude de não existirem as especificações requeridas em normas técnicas.

18. Em 31/07/2020 juntaram-se aos autos o Ofício 472/2020-G2P e anexo (e-DOCs 71DB4A25 e B9E80308, Peças 69 e 70), no qual encaminhou decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Desembargadora Maria Ivatônia, sobre indeferimento de liminar relacionada à aquisição de máscaras.

19. Em 13/08/2020 juntaram-se aos autos o Ofício 500/2020-G2P e anexos (e-DOCs 2E061C8F, 403D9E86 e FD80D1BE, Peças 75 a 77), o qual encaminhou denúncia relacionada com a possível aquisição de máscaras descartáveis com prejuízos aos cofres públicos.

20. Ressalta-se que a sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., em que pese regularmente cientificada da Decisão 2.604/2020 (Ofício GP 5455/2020, e-DOC 72900EB7, Peça 42 - Recibo de expediente de comunicação eletrônica, e-DOC 311F6A5E, Peça 43), que reiterou a diligência prevista no item III da Decisão 2.228/2020, mais uma vez deixou de se manifestar acerca das questões indicadas.

21. Entretanto, mediante patronas constituídas, a Techmedical Ltda. requereu acesso aos autos conforme as petições de 15/10 e de 26/10/2020 (e-DOCs 63500A45, Peça 85 e CF28F8CA, Peça 91, respectivamente), a partir das peças 83 e 84, sendo atendidas pelo i. Relator por meio dos Despachos Singulares 669/2020-GCIM e 693/2020-GCIM (e-DOCs 32ACB0BB, Peça 87 e 7AC6D5E3, Peça 93, respectivamente).

22. De posse dos elementos colhidos nos autos, as representantes legais apresentaram petição na qual alegaram, mais uma vez, não ter havido ciência da Decisão deste Tribunal, que não exerceram o legítimo e constitucional direito de se manifestar, razões pelas quais requereram o reconhecimento e a declaração de nulidade do ato de citação e a abertura de novo prazo para manifestação, na forma prevista no artigo 168, inciso I, do Regimento Interno do TCDF³. Alternativamente,

² A quantidade empenhada foi de 2.266.773 máscaras, ao custo unitário de R\$ 3,65 e total de R\$ 8.273.721,45, conforme a Nota de Empenho 2020NE04261 (e-DOC AE93F682, Peça 51).

³ “Art. 168. Os prazos referidos neste Regimento contam-se dia a dia, a partir da data:



requereram a devolução do prazo com a concessão de 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento de mandato (e-DOC AAE21CCC, Peça 95, fls. 5/13).

23. Ainda, alegaram alguns pontos não tratados na Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83), não apreciada pelo Plenário, referentes a duas entregas de máscaras, sendo que a primeira foi recebida e utilizada pela SES/DF e a segunda teve sua especificação técnica questionada e devolvida pela SES/DF (e-DOC AAE21CCC, Peça 95, fls. 3/5).

24. Aduziram que há produtos recebidos, atestados e efetivamente utilizados pela SES/DF, mas não pagos ao fornecedor, o que motivou o pedido de manifestação para que seja demonstrado o uso efetivo das máscaras descartáveis pela SES/DF e que esses produtos entregues estariam de acordo com as especificações do edital, a ser esclarecido por laudo a ser produzido pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e ser acostado aos autos (e-DOC AAE21CCC, Peça 95, fl. 5).

25. Ao analisar a petição, mediante o Despacho Singular 713/2020-GCIM (e-DOC B3145E6B, Peça 97), o nobre Relator não vislumbrou óbice ao pleito demandado pelas patronas e concedeu prazo para que elas encaminhassem a esta Corte de Contas as considerações e manifestações acerca das situações reportadas no item III da Decisão 2.228/2020, reiterado pelo item IV.b da Decisão 2.604/2020.

26. Ao final, o Relator determinou a reinstrução dos autos em cotejo com eventuais esclarecimentos oferecidos pelas representantes legais da sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.

27. Em 03/12/2020 deu entrada nesta Casa a manifestação subscrita pelas patronas da Techmedical Ltda (e-DOC 2D8F6049, Peça 103).

28. Portanto, nesta fase processual analisam-se os esclarecimentos prestados em atenção ao item III da Decisão 2.228/2020, reiterado pelo item IV.b da Decisão 2.604/2020.

I. Manifestação quanto ao Item III da Decisão 2.228/2020

29. A deliberação em questão trata de dois aspectos: **(i)** baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., no âmbito do Processo SEI 00060-00105182/2020-42; **(ii)** ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição.

30. Sobre o primeiro aspecto, as representantes legais aduziram, em suma, que o fornecedor teria cumprido as especificações definidas no Projeto Básico, integrante do instrumento convocatório. Que após a entrega do primeiro lote, a SES/DF recusou os produtos com base em pareceres que teriam acrescentado exigências não constantes do edital, tais como especificações contidas na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), denominada ABNT NBR 15052, consideradas rigorosas, em comparação às exigências básicas e genéricas previstas no Projeto Básico (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 1/20).

I - do recebimento pela parte:

a) da citação ou da comunicação de audiência;
[...]"



31. Alegou que a postura da SES/DF afrontaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao inserir norma não prevista em edital como justificativa para a recusa dos produtos entregues, o que afastaria a responsabilidade do fornecedor (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 1/20).

32. Relativamente à ocorrência de possível sobrepreço, as representantes legais alegaram, em síntese, que o preço contratado das máscaras descartáveis se mostrava em conformidade com o praticado no mercado no momento da contratação. Apresentaram tabela contendo aquisições realizadas em 2020, obtidas no portal do painel de preços públicos do Governo Federal, em que a média de preços encontrada foi de R\$ 5,90, patamar superior ao preço entregue pela Techmedical de R\$ 3,65 (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 20/24).

33. Ao fim, invocando os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da verdade material e do formalismo moderado, argumentaram não ter havido a prática de qualquer conduta dolosa na intenção de violar o cumprimento da legislação ou de causar qualquer prejuízo aos cofres públicos, razões do pedido para não responsabilizar o particular e determinar o arquivamento dos autos por ausência de fundamento fático e normativo (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 24/27).

II. Análise

34. A presente análise está dividida em três tópicos: **1)** A quantidade de máscaras efetivamente entregues pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., no bojo do Processo 00060-00105182/2020-42, conforme a Nota de Empenho 2020NE0426 e distribuídas às unidades de saúde; **2)** A qualidade dessas máscaras e vinculação ao instrumento convocatório; **3)** A ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição.

II.1 Quantidade de máscaras efetivamente entregues pela Techmedical Ltda.

35. Segundo consta da Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83, fl. 9), ainda não apreciada pelo Plenário, a qual analisou a manifestação da SES/DF, foi informado que, após o recebimento parcial, em 19/05/2020, de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis, estas foram reprovadas pela Gerência de Hotelaria em Saúde (GHS), conforme o Parecer Técnico 98/2020-SES/SINFRA/DIAOP/GHS, de 03/07/2020, (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 4 e 18/25), e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), entidade parceira do Ministério Público do Trabalho (MPT) em iniciativas que visam o combate à Covid-19, consoante o Parecer Técnico 21 200-301, de 01/07/2020 (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 36/51).

36. Ainda segundo a Informação 86/2020-DIASP3, em 07/07/2020, a SES/DF foi notificada da medida liminar dada nos autos do Mandado de Segurança 0703813-70.2020.8.07.0018, que compeliu o Jurisdicionado a receber 1.266.773 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil e setecentos e setenta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis remanescentes, conforme previsto na Nota de Empenho 2020NE04261, cujo recebimento teria sido recusado por entrega fora do prazo (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fl. 4, e-DOC B9E80308, Peça 69, fl. 1).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

11 de 20

37. Mediante os Despachos SES/SINFRA/DIAOP/GHS, de 09 e 10/07/2020, (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 32/35), mais uma vez as máscaras descartáveis, entregues por força da liminar, foram reprovadas.

38. Assim, em virtude de as máscaras serem consideradas inservíveis pelos profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes, a SES/DF informou que estas foram segregadas em almoxarifado e não distribuídas, tendo a empresa fornecedora sido notificada a retirar o material em 10 (dez) dias (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 4 e 27/28).

39. Na petição protocolada pelas representantes legais em 10/11/2020 (e-DOC AAE21CCC, Peça 95, fl. 5) estas afirmaram que há produtos recebidos, atestados e efetivamente utilizados pela SES/DF referentes à primeira entrega, mas não pagos ao fornecedor.

40. Compulsando os dados constantes do Sistema de Materiais da SES/DF (Alphalinc), elaborou-se o Quadro I a seguir que demonstra o ingresso de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis no almoxarifado da SES/DF provenientes do fornecedor Techmedical Ltda., o estorno e a entrada da mesma quantidade no mesmo dia, em 19/05/2020.

Quadro I – Demonstrativo de consumo da primeira remessa das máscaras descartáveis fornecidas por Techmedical Importações e Comércio Ltda.

Documento	Tipo	E/S	Local Relacionado	Data	Hora	Quantidade	Lote	Validade	Estoque Local	Responsável
20/021878	Recebimento	Entrada	TECHMEDICAL IMPORTAÇÕES E COMERCIO LTDA	19/05/2020	11:36:37	1.000.000	3	12/05/2025	1.264.500	LEANDRO BEZERRA PEREIRA
20/021896	Estorno de recebimento	Saída	TECHMEDICAL IMPORTAÇÕES E COMERCIO LTDA	19/05/2020	11:56:35	-1.000.000	3	12/05/2025	264.500	LEANDRO BEZERRA PEREIRA
20/021897	Recebimento	Entrada	TECHMEDICAL IMPORTAÇÕES E COMERCIO LTDA	19/05/2020	11:59:29	1.000.000	3	12/05/2025	1.264.500	LEANDRO BEZERRA PEREIRA
5-20/021273	Transferência	Saída	FARMACIA CENTRAL (INTERDITADOS)	27/05/2020	15:16:14	-819.050	3	12/05/2025	180.950	KEILA MARTINS DE OLIVEIRA

Fonte: Sistema Alphalinc. Dados extraídos em 18/02/2021.

41. Em 27/05/2020 houve um lançamento de 819.050 (oitocentos e dezenove mil e cinquenta) máscaras para a unidade denominada “Farmácia Central (Interditados)”, o que indicaria que não houve a efetiva distribuição e consumo da totalidade desses materiais, bem como o possível consumo de 180.950⁴ (cento e oitenta mil, novecentos e cinquenta) unidades.

42. Em consulta às peças atualizadas do processo administrativo de aquisição das máscaras descartáveis, verificou-se a Notificação 6/2020, destinada à Techmedical Ltda., na qual foi concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação e 10 (dez) dias para a substituição do material considerado reprovado para uso por profissionais da assistência à saúde (Processo SEI 00060-00105182/2020-42 – arquivo associado aos autos, fl. 105).

43. Verificou-se que a segunda remessa, com 1.266.773 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil e setecentos e setenta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis, também foi rejeitada e a empresa foi comunicada, conforme a

⁴ Memória de cálculo: 1.000.000 - 819.050



Notificação 7/2020, tendo os materiais sido recolhidos na totalidade (Processo SEI 00060-00105182/2020-42 – arquivo associado aos autos, fls. 141/142 e 558).

44. A despeito da transferência de 819.050 (oitocentos e dezenove mil e cinquenta) unidades do produto para a unidade “Farmácia Central – Interditados”, conforme dados extraídos do Alphasinc, constantes do Quadro I, há despacho da Diretoria de Logística (DLOG), de 22/10/2020, no qual indicou que, da primeira remessa, apenas 53.600 (cinquenta e três mil e seiscentos) unidades haviam sido distribuídas, restando, portanto, 946.400 (novecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos) unidades para recolhimento pelo fornecedor, tendo este sido notificado por meio do Ofício 122/2020-SAG, de 05/11/2020 (Processo SEI 00060-00105182/2020-42 – arquivo associado aos autos, fls. 708/709 e 726/727).

45. Segundo alegado pela Techmedical Ltda., teriam ocorrido duas remessas de máscaras, sendo que a primeira, com 1.000.000 (um milhão) de unidades, teria sido completamente consumida pela SES/DF, ao passo que a segunda teria sido recolhida pela empresa. Em que pese a divergência entre o registro do Alphasinc e o Despacho da Diretoria de Logística, tem-se que a alegação da empresa de que os produtos da primeira entrega teriam sido totalmente consumidos, não deve prosperar.

II.2 Qualidade das máscaras fornecidas pela Techmedical Ltda. e vinculação ao instrumento convocatório

46. A Dispensa de Licitação foi divulgada por meio do Ofício 313/2020 - SES/SUAG, de 19/03/2020 (e-DOC 1160974D-e, Peça 9, fls. 318/327). Em 24/03/2020, a Gerência de Aquisições Especiais emitiu o relatório acerca da Dispensa, ressaltando, sobre as máscaras cirúrgicas, que foi recebida apenas uma proposta da empresa Casa do Farmacêutico, ao preço unitário de R\$ 8,11, sendo que tinha sido estimado o valor de R\$ 0,1150 (e-DOC 1160974D-e, Peça 9, fls. 536/537).

47. Houve repetição da dispensa para diversos itens, inclusive a máscara cirúrgica, conforme Ofício 371/2020 - SES/SUAG, de 25/03/2020, com previsão de entrega das propostas em 30/03/2020 (e-DOC 1160974D-e, Peça 9, fls. 539/542). A descrição do produto, tanto na primeira quanto nessa última convocação, foi feita nos seguintes termos:

*“MÁSCARA **CIRÚRGICA** DESCARTÁVEL. Aplicação: proteção de vias aéreas, **para uso em serviços de saúde**. Composição: Máscara em tecido não tecido (TNT) a base de polipropileno, em três camadas, **com elemento filtrante e eficiência superior a 95% para partículas de 3,2µm**, clipe nasal embutido não perfurante, sem memória, com tiras ajustáveis de amarrar. Tamanho: mínimo 17cmx17cm aberta. Processo de esterilização: não estéril. Forma de apresentação: Unidade (UN)”*

48. Ressalte-se que, 7 dias antes da divulgação do segundo Ofício de convocação, foi publicada, em 23/03/20, no Diário Oficial da União (Edição Extra - C), a Resolução RDC 356/2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da qual se destacam os seguintes dispositivos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

13 de 20

*“Art. 2º **A fabricação e importação de máscaras cirúrgicas**, respiradores particulados N95, PFF2 ou equivalentes, óculos de proteção, protetores faciais (face shield), vestimentas hospitalares descartáveis (aventais/capotes impermeáveis e não impermeáveis), gorros e propés, válvulas, circuitos e conexões respiratórias para uso em serviços de saúde ficam excepcional e temporariamente **dispensadas de Autorização de Funcionamento de Empresa, da notificação à Anvisa, bem como de outras autorizações sanitárias.***

Art. 3º A dispensa de ato público de liberação dos produtos objeto deste regulamento não exige:

I - o fabricante e importador de cumprirem as demais exigências aplicáveis ao controle sanitário de dispositivos médicos, bem como normas técnicas aplicáveis; e

II - o fabricante e importador de realizarem controles pós-mercado, bem como de cumprirem regulamentação aplicável ao pós-mercado.

Art. 4º O fabricante ou importador é responsável por garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos fabricados em conformidade com este regulamento.

*Art. 5º As máscaras cirúrgicas devem ser confeccionadas em material Tecido-Não-Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, possuir, no mínimo, uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante, **de forma a atender aos requisitos estabelecidos nas seguintes normas técnicas:***

I - ABNT NBR 15052:2004 - Artigos de não tecido de uso odonto-médico-hospitalar - máscaras cirúrgicas - Requisitos; e

II - ABNT NBR 14873:2002 - não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar - Determinação da eficiência da filtração bacteriológica.

§ 1º A camada externa e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos).

§ 2º A máscara deve ser confeccionada de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca do usuário, possuir um clipe nasal constituído de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e das bochechas.

§ 3º O TNT utilizado deve ter a determinação da eficiência da filtração bacteriológica pelo fornecedor do material, cujo elemento filtrante deve possuir eficiência de filtração de partículas (EFP) > 98% e eficiência de filtração bacteriológica (BFE) > 95%.

§ 4º É proibida a confecção de máscaras cirúrgicas com tecido de algodão, tricoline, TNT ou outros têxteis que não sejam do tipo ‘Não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar’ para uso pelos profissionais em serviços de saúde.”. Grifos acrescentados.

49. Nesse passo, como já destacado na Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83, fl. 9), a qual analisou a manifestação da SES/DF, foi informado que, após o recebimento parcial, em 19/05/2020, de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis, estas foram reprovadas pela Gerência de Hotelaria em Saúde (GHS), conforme o Parecer Técnico 98/2020-SES/SINFRA/DIAOP/GHS, de 03/07/2020, (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 4 e 18/25), e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), entidade parceira do Ministério Público do Trabalho (MPT) em iniciativas que visam o combate à Covid-19, consoante o Parecer Técnico 21 200-301, de 01/07/2020 (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 36/51).



50. Por outro lado, a Techmedical aduziu, em suma, que teria cumprido as especificações definidas no Projeto Básico, integrante do instrumento convocatório, e que, após a entrega do primeiro lote, a SES/DF recusou os produtos com base em pareceres que teriam acrescentado exigências não constantes do edital, tais como especificações contidas na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), denominada ABNT NBR 15052, consideradas rigorosas, em comparação às exigências básicas e genéricas previstas no Projeto Básico (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 1/20). Assim, alegou que a postura da SES/DF afrontaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao inserir norma não prevista em edital como justificativa para a recusa dos produtos entregues, o que afastaria a responsabilidade do fornecedor (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 1/20).

51. Ocorre que, conforme demonstrado, em 23/03/20 foi promulgada a Resolução RDC 356/2020, da Anvisa, a qual dispensou, excepcional e temporariamente, a Autorização de Funcionamento de Empresa, a notificação à Anvisa, bem como outras autorizações sanitárias, para fabricação e importação de máscaras cirúrgicas – além de outros produtos médicos (art. 2º). Verifica-se que os produtos listados na referida RDC eram submetidos a controle da Anvisa⁵ e foram liberados dessa exigência, de forma excepcional e temporária, com vistas a facilitar a disponibilização de “dispositivos médicos identificados como prioritários, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS - CoV-2”. Em contrapartida, o art. 4º da norma estabeleceu que o “fabricante ou importador é responsável por garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos fabricados em conformidade com este regulamento”. Outrossim, o inciso I do art. 5º trouxe, expressamente, a necessidade de se observar a norma ABNT NBR 15052.

52. Nesse passo, observa-se que o Ofício 371/2020 - SES/SUAG, de 25/03/2020, estabeleceu como obrigação de todos os fornecedores a “prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial” (item 5.3).

53. O julgamento com base na mencionada Resolução RDC, sem que esta tenha sido mencionada expressamente no Projeto Básico da Dispensa de Licitação, poderia ser configurado como ofensa ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Contudo, entende-se que a observância aos requisitos dessa norma seria exigível de todos os fornecedores. Isso porque tais produtos eram submetidos a controles específicos da Anvisa e, como demonstrado, a flexibilização dessas exigências veio acompanhada de contrapartidas, dentre elas a garantia da qualidade e eficiência do produto pelo fornecedor, considerando-se, sobretudo, o estágio da pandemia de Covid-19 e a falta de EPIs no mercado, à época.

54. Destarte, a despeito da falha na especificação dos produtos (o que será objeto de discussão na Representação 51/2020-G2P (e-DOC 24BFD560, Peça 63), o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode acudir o fornecedor, tendo em vista que tal princípio deve ser ponderado com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o que significa obter o produto adequado para atender à necessidade da administração pelo menor preço possível. Além disso, dada a natureza dos bens em discussão, é essencial o

⁵ Na forma do art. 12 da Lei 6.360/1976 c/c art. 1º e 4º, IV, da Lei 5.991/1973.



atendimento das normas aplicáveis, tendo em conta os possíveis riscos aos usuários e à saúde pública como um todo.

55. Assim, mesmo com as falhas na especificação do produto, os fornecedores eram capazes de identificar que as máscaras que seriam adquiridas pela SES/DF eram destinadas a uso médico (“MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL. Aplicação: proteção de vias aéreas, para uso em serviços de saúde”), bem como que eram destinadas ao combate da disseminação da Covid-19 (e-DOC 1160974D-e, Peça 9, fls. 130/138). Tais circunstâncias remeteriam qualquer fornecedor do ramo às normas da Anvisa aplicáveis e, portanto, à Resolução RDC 356/2020.

56. Contudo, como demonstrado nos autos, em um primeiro momento, as amostras fornecidas pela empresa foram aprovadas pela SES/DF, o que motivou a entrega da primeira remessa de 1.000.000 (um milhão) de unidades (e-DOC 1160974D, Peça 9, fls. 959/961 [aceitação das amostras] e 1350/1352 [recebimento da primeira entrega]).

57. Apesar disso, após as reclamações encaminhadas pelos usuários desses produtos, foi verificado que, visualmente, o material das máscaras aparentava ser diferente do usualmente recebido de outros fornecedores da SES/DF (e-DOC 27C80DB3, Peça 11, fls. 9/10) e, após os aludidos testes realizados pelo IPT, houve a confirmação do descumprimento da NBR 15052 da ABNT, o que levou a SES/DF a solicitar que a Techmedical recolhesse os produtos ainda não consumidos, como discutido no parágrafo 44.

58. Assim, entende-se que o material fornecido pela Techmedical Ltda. está em desacordo com o estabelecido no instrumento convocatório, ponderando-se o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, configurando descumprimento integral do contrato e isentando a Administração da obrigação de indenizar. Isso porque o parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/1993 estatui que a Administração deve indenizar o contratado “pelo que este houver executado até a data em que ela [a nulidade] for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, **contanto que não lhe seja imputável**”. No caso, a nulidade contratual é imputável à sociedade empresária, haja vista que, como já exposto, a flexibilização das exigências de registro na Anvisa veio acompanhada de contrapartidas para garantir a qualidade do produto, o que não foi observado pela empresa.

59. Em face disso, entende-se que a medida cautelar concedida por esta Corte de Contas, que não autorizou a liquidação e o pagamento da despesa, deve ser confirmada, mesmo para os bens efetivamente consumidos. Ressalte-se que negar o pagamento relativo à parcela dos bens consumidos não representa ofensa à vedação ao enriquecimento sem causa da Administração, conforme exposto no parágrafo anterior. Ademais, eventual interpretação em sentido contrário, isto é, permitindo o pagamento pelos bens consumidos, faria com que o fornecedor fosse indevidamente beneficiado, o que representa ofensa ao princípio “*nemo auditur propriam turpitudinem allegans*” (ninguém pode se beneficiar da própria torpeza).

II.3 A ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição

60. Quanto aos indícios de ocorrência sobrepreço, entende-se que, tendo em vista que as máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela sociedade



empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. possuem qualidade inferior à exigida pela Resolução RDC 356/2020 da Anvisa, seu preço não pode ser comparado com o dos produtos que atendem a essa norma. A despeito disso, a confirmação da cautelar pelo Plenário evita que o prejuízo seja consumado, o que possibilita considerar prejudicada a análise relativa ao sobrepreço.

III. Conclusão

61. Tratam estes autos, inicialmente, da análise do mérito da Representação 24/2020-CF, acerca das seguintes irregularidades: **(i)** baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., no âmbito do Processo SEI 00060-00105182/2020-42; **(ii)** ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição; e **(iii)** morosidade nos processos de liberação de EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes.

62. Nesta fase processual cuidou-se de analisar os esclarecimentos prestados pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., em atenção ao item III da Decisão 2.228/2020, reiterado pelo item IV.b da Decisão 2.604/2020.

63. Constatou-se que a remessa de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis fornecidas foram rejeitadas por má qualidade, conforme relatórios técnicos da SES/DF e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Porém, grande parte do material foi segregado e aguarda a retirada no Almoxarifado Central da SES/DF pelo fornecedor. A segunda remessa, de 1.266.773 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil e setecentos e setenta e três), também rejeitada, foi integralmente recolhida.

64. Assim, considerando o que já foi discutido acerca da necessidade de os produtos fornecidos obedecerem às normas de regência, sobretudo a Resolução RDC 356/2020 da Anvisa, configurando descumprimento integral do contrato e isentando a administração da obrigação de indenizar, entende-se que a medida cautelar constante do item III da Decisão 2.604/2020 deve ser confirmada.

65. A análise dos indícios de ocorrência sobrepreço é considerada prejudicada. A uma, porque as máscaras cirúrgicas descartáveis possuem qualidade inferior à exigida pela Resolução RDC 356/2020 da Anvisa, o que inviabiliza a comparação com o dos produtos que atendem a essa norma. A duas, porque a confirmação da cautelar pelo Plenário evita que o prejuízo seja consumado.

66. Consideram-se, assim, satisfeitos os esclarecimentos prestados em relação ao item III da Decisão 2.228/2020, reiterado pelo item IV.b da Decisão 2.604/2020.

67. Ressalta-se que a Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83) ainda pende de apreciação plenária, razão pela qual deve ser examinada pelo i. Relator com os ajustes decorrentes desta instrução, na forma proposta no tópico a seguir.

68. Por fim, em 19/03/2021, deu entrada nesta Casa petição subscrita pelas representantes da Techmedical Importações e Comércio Ltda., na qual



requereram a concessão da dilação de prazo para a juntada de Relatório Técnico Pericial, atinente às máscaras descartáveis, a ser produzido pelo Laboratório de Plasmas e Processo (LPP), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com previsão de término das análises para o dia 20/04/2021 (e-DOC FEAE772C, Peça 106).

IV. Sugestões

69. Diante do exposto, sugere-se ao Tribunal:

I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício 440/2020-G2P e anexos, (e-DOCs AB74AC5D, AE24EB43, C01F694A, CABFE776, AE93F682 e C0A8748B, Peças 50 a 55);
- b) do Ofício 472/2020-G2P e anexo (e-DOCs 71DB4A25 e B9E80308, Peças 69 e 70);
- c) do Ofício 500/2020-G2P e anexos (e-DOCs 2E061C8F, 403D9E86 e FD80D1BE, Peças 75 a 77);
- d) do Ofício 4607/2020-SES/GAB e anexos (e-DOC 1FB6022C, Peça 57);
- e) da Representação 51/2020-G2P e anexos (e-DOCs 24BFD560, FD99966D, CB1DA610, 123BE51D e A5262419, Peças 59 a 63);
- f) da Petição formulada por Karina Costa Advogados Associados (e-DOC AE933B6A, Peça 82);
- g) da Informação 86/2020 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83);
- h) da manifestação formulada pela representante legal da sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. (e-DOC 2D8F6049, Peça 103) em atendimento ao item III da Decisão 2.228/2020, reiterado pelo item IV.b da Decisão 2.604/2020
- i) da Informação 12/2021 (e-DOC 50CB2946, Peça 107);
- j) da segunda parte do Processo SEI 00060-00105182/2020-42 associado aos autos;

II – considerar:

- a) satisfeitos os esclarecimentos prestados;
- b) procedente a Representação 24/2020-CF e anexos (e-DOCs 648B3A65, B70DF754 e D321E6A0, Peças 3 a 5);

III – confirmar a medida cautelar deferida pelo item III da Decisão 2.604/2020, a qual determinou à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que se abstinhasse de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela sociedade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

18 de 20

empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., no bojo do Processo 00060-00105182/2020-42, no valor de R\$ 8.273.721,45, alusiva à Nota de Empenho 2020NE0426;

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

- a) se manifeste em relação aos Processos SEI 00060-00194015/2020-68 e 00060-00105182/2020-42 quanto à especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis preverem elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm (um décimo de micrômetro);
- b) informe se as máscaras cirúrgicas entregues em decorrência das aquisições realizadas nos processos mencionados no item “IV.a” (exceto em relação aos produtos fornecidos pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.) atendem à NBR 15052:2004, a despeito da possível falha na especificação;
- c) na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conceda permissão para acesso externo ao Processo SEI 00060-00194015/2020-68 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

V – determinar à Fundação Hemocentro de Brasília que:

- a) se manifeste em relação ao Processo SEI 00063-00002004/2020-86 quanto à especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis preverem elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm (um décimo de micrômetro);
- b) informe se as máscaras cirúrgicas entregues em decorrência da aquisição realizada no processo mencionado no item “V.a” atendem à NBR 15052:2004, a despeito da possível falha na especificação;
- c) na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conceda permissão para acesso externo ao Processo SEI 00063-00002004/2020-86 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail



diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VI – determinar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal que:

- a) se manifeste em relação ao Processo SEI 04016-00017735/2020-14 quanto à especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis preverem elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm. (um décimo de micrômetro);
- b) informe se as máscaras cirúrgicas entregues em decorrência da aquisição realizada no processo mencionado no item “VI.a” atendem à NBR 15052:2004, a despeito da possível falha na especificação;
- c) se manifeste acerca dos preços unitários das máscaras cirúrgicas descartáveis adquiridas no processo citado no item “VI.a”, por apresentarem valores acima daquele indicado nos §§ 74/76 da Informação 86/2020;
- d) na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conceda permissão para acesso externo ao Processo SEI 04016-00017735/2020-14 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, à Fundação Hemocentro de Brasília e ao Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal que encaminhem a este Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias, as informações relativas às determinações constantes dos itens IV, V, e VI desta Decisão, acompanhadas da íntegra de todos os documentos referenciados em sua manifestação, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por meio do Barramento de Serviços, ou da indicação do número verificador desses documentos (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso do inteiro teor por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;

VIII – deliberar:

- a) sobre a Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83), com os ajustes de sugestões consolidados nos itens “I.a” a “I.g”, “II.b”, IV, V, VI, VII e “IX.a” desta instrução;
- b) sobre o pedido de prorrogação de prazo apresentado pelas



representantes legais da Techmedical Importações e Comércio Ltda., na qual requereram a concessão da dilação de prazo para a juntada de Relatório Técnico Pericial, atinente às máscaras descartáveis, a ser produzido pelo Laboratório de Plasmas e Processo (LPP), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) (e-DOC FEAE772C, Peça 106);

IX – autorizar:

- a) a ciência da Decisão que vier ser adotada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, à Fundação Hemocentro de Brasília, ao Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal e à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (SEASP), para análise do mérito da Representação 51/2020-CF.

À consideração superior.

Flávio Macedo Borges de Freitas
Auditor de Controle Externo - Matrícula 623-8

Senhor Secretário,
De acordo com a instrução e sugestões formuladas.
À alta consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 18 de março de 2021

HENRIQUE EDUARDO DE OLIVEIRA
Diretor